

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS
FINANCEIROS

AMAURI LUIZ BUSANELLO

GESTÃO DE RISCO E ANÁLISE DE CRÉDITO

Porto Alegre
Março 2012

AMAURI LUIZ BUSANELLO

GESTÃO DE RISCO E ANÁLISE DE CRÉDITO

Trabalho de conclusão de curso de Especialização, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Orientador: Paulo Terra

Porto Alegre
Março 2012

AMAURI LUIZ BUSANELLO

GESTÃO DE RISCO E ANÁLISE DE CRÉDITO

Trabalho de conclusão de curso de Especialização, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Aprovado em de Agosto de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof.

Prof.

DEDICATÓRIA

À minha Família.

Dedico a minha esposa MARLENE e aos meus filhos NICOLAS e NICOLE pessoas essas que abdicaram da minha companhia e entenderam a importância do meu isolamento. Pessoas estas que são meu maior orgulho e motivo que me fazem lutar diariamente por um futuro melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e por me colocar diante de pessoas maravilhosas e poder desfrutar de momentos inesquecíveis.

A minha esposa Marlene pela companheira maravilhosa que sempre esteve ao meu lado nos momentos que mais precisei.

Ao meu filho Nicolas e a minha filha Nicole que são, junto com a minha esposa, as pessoas maravilhosas que me proporcionam os momentos mais felizes e que dão o combustível para meu dia-a-dia.

RESUMO

Este trabalho tem o intuito de verificar a relevância dos índices financeiros em uma análise de crédito para empresas de médio e grande porte. Para tanto, será analisado dados contábeis de duas empresas com intuito de estabelecer uma correlação e facilitar o entendimento dos indicadores selecionados. Espera-se, com o presente estudo, demonstrar que através de procedimentos e técnicas específicas se possa opinar de forma categórica sobre a situação econômico-financeira de uma empresa e que venha auxiliar empresas e profissionais que atuam na concessão de crédito, uma maior segurança na tomada de decisão. O que se pretende com gerenciamento de risco é minimizar perdas e criar estimativas mais precisas das probabilidades do retorno do capital emprestado. Foram abordados os temas risco, crédito, análise de crédito e análise econômica-financeira, além de ser agregado um estudo de caso, com o objetivo de melhor elucidar o tema ora estudado.

Palavra-Chave: Risco, Crédito, Análise econômico-financeira.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Balço Patrimonial da Empresa Laticínios YX Ltda. – ATIVO.....	43
Tabela 2	Balço Patrimonial da Empresa Laticínios YX Ltda. – PASSIVO.....	43
Tabela 3	Demonstração do Resultado do Exercício da empresa Laticínio YX Ltda..	43
Tabela 4	Estrutura e Rentabilidade - Empresa Laticínio YX Ltda.....	45
Tabela 5	Prazos Médios, Rentabilidade e Liquidez - Empresa Laticínio YX Ltda....	45
Tabela 6	Giro - Empresa Laticínio YX Ltda.....	45
Tabela 7	Análise Retrospectiva.....	47
Tabela 8	Análise de Tendência.....	48
Tabela 9	Balço Patrimonial da Empresa Chocolate Caseiro KX Ltda. – ATIVO...	48
Tabela 10	Balço Patrimonial da Empresa Chocolate Caseiro KX Ltda. – PASSIVO.....	48
Tabela 11	Demonstração do Resultado do Exercício da Empresa Chocolate Caseiro KX Ltda.....	49
Tabela 12	Estrutura e Rentabilidade - Empresa Chocolate Caseiro KX Ltda.	50
Tabela 13	Prazos Médios, Rentabilidade e Liquidez - Empresa Chocolate Caseiro KX Ltda.....	50
Tabela 14	Giro - Empresa Chocolate Caseiro KX Ltda.....	51
Tabela 15	Análise Retrospectiva.....	52
Tabela 16	Análise de Tendência.....	52
Tabela 17	Quadro Comparativo.....	53

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Problema de Pesquisa.....	10
1.2 Objetivos.....	11
1.2.1 Objetivo Geral.....	11
1.2.2 Objetivos Específicos.....	11
1.3 Justificativa.....	11
2 QUADRO TEÓRICO.....	13
2.1 As Instituições Financeiras.....	13
2.2 Riscos das Instituições Financeiras.....	14
2.3 Definição de Risco.....	14
2.3.1 Risco de Variação da Taxa de Juros.....	15
2.3.2 Risco de Crédito.....	15
2.3.3 Risco de Mercado.....	16
2.3.4 Risco Operacional.....	16
2.3.5 Risco de Câmbio.....	16
2.3.6 Risco Soberano.....	17
2.3.7 Risco de Liquidez.....	17
2.3.8 Risco Legal.....	17
2.4 Política de Crédito.....	18
2.5 Gestão de Risco de Crédito.....	18
2.6 Crédito.....	19
2.7 Análise de Crédito.....	21
2.8 Os Cs do Crédito.....	23
2.9 Análise de Crédito Empresarial.....	23
2.10 Análise Econômico-Financeira.....	25
2.10.1 Análise das Demonstrações Contábeis.....	26
2.10.2 Análise Horizontal.....	27
2.10.3 Análise Vertical.....	27
2.10.4 Índice de Liquidez.....	28
2.10.4.1 Liquidez Corrente.....	28
2.10.4.2 Liquidez Seca.....	28
2.10.4.3 Liquidez Geral.....	29
2.10.5 Estrutura de Patrimonial.....	30

2.10.5.1	Relação entre as Fontes de Recursos.....	30
2.10.5.2	Endividamento Geral.....	30
2.10.5.3	Composição das Exigibilidades.....	31
2.10.5.4	Passivo Oneroso Sobre Ativo.....	31
2.10.5.5	Imobilização do Patrimônio Líquido.....	32
2.10.6	Análise de Rentabilidade.....	32
2.10.6.1	Giro do Ativo.....	32
2.10.6.2	Rentabilidade do Patrimônio Líquido.....	33
2.10.6.3	Margem Líquida.....	33
2.10.6.4	Margem Operacional de Lucro.....	33
2.10.6.5	Rentabilidade dos Investimentos.....	34
2.10.6.6	Grau de Alavancagem Financeira.....	34
2.10.7	Indicadores de Rotatividade.....	34
2.10.7.1	Prazo Médio de Compras.....	35
2.10.7.2	Prazo Médio de Estoques.....	35
2.10.7.3	Prazo Médio de Recebimentos.....	35
2.10.7.4	Ciclo Operacional.....	36
2.10.7.5	Ciclo Financeiro.....	36
2.10.8	Indicadores de Giro.....	36
2.10.8.1	Necessidade de Capital de Giro.....	36
2.10.8.2	Capital de Giro.....	37
2.10.8.3	Saldo de Tesouraria.....	37
3	METODOLOGIA DE PESQUISA.....	39
4	RESULTADOS.....	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

Atualmente as instituições financeiras têm sua maior receita advinda da intermediação financeira, principalmente da cobrança de juros na concessão de empréstimos. Porém, em determinados casos alguns clientes não honram seus compromissos, e com a inadimplência há uma redução nos ganhos, isso acarreta uma série de consequências para as quais as instituições precisam estar preparadas.

Diante deste cenário, fica cada vez mais evidente a necessidade de uma análise mais eficiente na concessão de crédito, possibilitando um gerenciamento e melhor controle dos riscos envolvidos. Os métodos tradicionais de decisão baseados exclusivamente em critérios subjetivos perdeu espaço nas atividades de crédito dos bancos, isso faz com que as instituições busquem instrumentos e técnicas mais eficazes para mensurá-los.

O objetivo desse trabalho é avaliar se os índices financeiros são suficientes e determinantes na avaliação e concessão de crédito à empresas de médio e grande porte.

A principal contribuição desse trabalho é oferecer aos profissionais que atuam na concessão de crédito o conhecimento das mais variadas técnicas de análise de concessão de crédito, dando-lhes maior segurança quando da tomada de decisões.

No primeiro capítulo a parte introdutória apresenta uma visão geral do tema, apresentando a problemática, enfocando os objetivos a serem alcançados e a justificativa da escolha do assunto.

No segundo capítulo apresenta o quadro teórico, onde serão abordados aspectos pertinentes as instituições financeiras e os riscos inerentes a atividade bancária, abordagem sobre gestão de risco, política de crédito, conceitos de crédito e a função da análise de crédito. Também, são apresentados aspectos teóricos pertinentes a análise econômico-financeiro, abordando os Cs do crédito e a conceituação de diversos indicadores econômico-financeiros.

A metodologia será apresentada no terceiro capítulo.

No quarto capítulo o estudo exploratório de dados, em sua essência, com base em dados de uma empresa do setor chocolateiro. Por fim, no quinto capítulo, as considerações finais que é um breve relato sobre o tema.

1.1 Problema da Pesquisa

A problemática centra-se na necessidade de melhoria da qualidade do crédito concedido, voltadas para uma gestão dos riscos, como elemento fundamental na tomada de decisão no processo de concessão de crédito em uma instituição financeira.

As instituições financeiras vêm obtendo resultados cada vez mais expressivos em decorrência da Política Econômica vigente (taxas de juros elevadas).

A disponibilidade de um grande volume de recursos aliada a uma política de crédito agressiva, faz com que, por sua vez, muitas instituições financeiras sejam excessivamente liberais na concessão de créditos, sujeitando-se a assumir riscos cada vez maiores.

O presente trabalho tem o seguinte questionamento: Os índices financeiros são suficientes e determinantes para avaliar a concessão de crédito à empresas de médio e grande porte?

1.2 Objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Avaliar se os índices financeiros são suficientes e determinantes na avaliação e concessão de crédito à empresas de médio e grande porte.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar conceitos e descrever os principais riscos envolvidos na concessão de crédito.
- Discutir a relevância dos índices financeiros na análise de crédito desenvolvida pelas instituições financeiras.
- Calcular os índices financeiros e avaliar sua importância na avaliação e concessão do crédito em uma instituição financeira.
- Comparar os índices financeiros entre duas empresas, demonstrando qual tem maior probabilidade na obtenção do crédito.

1.3 Justificativa

A justificativa para a realização deste estudo centrou-se na preocupação como gestor financeiro em tomar decisões de conceder crédito diante de uma economia tão dinâmica e globalizada.

Também se justifica pela importância do crédito no atual contexto econômico e financeiro do país, com aumento da demanda por crédito devido a constantes reduções na taxa Selic e do movimento governamental em aquecer a economia através da oferta do crédito.

O aumento do índice de inadimplência poderá afetar desempenhos futuros, desencadeando em uma grande crise financeira. Com reflexo negativamente no equilíbrio entre ativos e passivos, provocando provisões que afetam o Patrimônio Líquido da Instituição.

Os Créditos inadimplidos dificultam, também, a situação de liquidez, desencadeando, caso ocorra, o descrédito, trazendo conseqüências desastrosas em se tratando de instituição financeira.

2 QUADRO TEÓRICO

2.1 As Instituições Financeiras

As instituições financeiras são responsáveis por prestar vários serviços a seus clientes, principalmente quanto ao compartilhamento de risco, a liquidez de seus recursos e informações financeiras. Esses serviços motivam os clientes a usar a instituição financeira para efetuar a transferência de recursos.

A instituição financeira presta o serviço de compartilhamento de risco permitindo que seus clientes diversifiquem, através da escolha de uma gama de produtos, seu portfólio de ativos. Muitos poupadores podem preferir ter um retorno médio de seus ativos mais baixos e evitar flutuações elevadas em seu fluxo de recebimentos.

Por isso as instituições financeiras são de fundamental importância para o desenvolvimento de uma região, pois disponibilizam recursos para fomentar a economia através da intermediação financeira, isto é, captando recursos financeiros junto aos poupadores e disponibilizando-os para os tomadores de crédito. Segundo Fontenla (1977, p.17), “os bancos dominam toda a vida econômica moderna, estão presentes em todos os planejamentos de produção e circulação das riquezas”.

Os bancos são a alavanca do progresso e do desenvolvimento de um país, sua ação econômica faz circular recursos entre os meios de produção, tornando-os especiais à sua prosperidade.

Para Fontenla (1977, p. 33):

O regime bancário e de crédito de um país é para uma nação o que o coração e o sistema arterial e venosos são para o organismo individual. Como o sangue sustenta todas as partes do corpo, o dinheiro e o crédito fazem viverem todas as atividades de um país. Tudo depende do sistema do crédito e da moeda.

A importância da atuação das instituições financeiras prove do substancial efeito multiplicador gerado pela atividade de financiamento. O crédito por ser uma ferramenta fundamental para qualquer empresa é uma das mais poderosas alavancas de crescimento da economia.

No Brasil, desde o Plano Real, com a estabilização econômica, as instituições tiveram uma profunda reestruturação. A receita inflacionária foi substituída pela receita

da intermediação financeira e pela receita de prestação de serviços via cobrança de tarifas. Com isso, a necessidade de uma análise de crédito eficaz passou a ser fundamental para ao seu desempenho.

2.2 Riscos das Instituições Financeiras

As instituições bancárias estão constantemente expostas a diversos riscos relativos, sendo estes relacionados as atividades de intermediação financeira. Assim, o que realmente vai definir a sobrevivência da instituição financeira é a sua capacidade de administrar esses riscos, sempre de forma eficiente, eficaz e responsável.

2.3 Definição de Risco

Risco significa incerteza ou imprevisibilidade de não ocorrer o que foi definido e/ou planejado. Em uma operação de crédito significa a possibilidade do retorno do capital emprestado não ocorrer de acordo e da forma como foi acordado.

Portanto, o risco se apresenta em toda e qualquer operação de crédito, pois haverá sempre a possibilidade de que venham acontecer algo imprevisível que possa inviabilizar o cumprimento da obrigação assumida quando da sua contratação.

Segundo Assaf Neto (2008, p. 209), risco pode ser conceituado da seguinte forma:

O conceito risco pode ser entendido de diversas maneiras, dependendo do contexto da pessoa que o está avaliando. Exemplos: risco aéreo, para uma companhia seguradora; risco de contrair uma doença, para uma pessoa qualquer; risco do insucesso de um negócio para o empresário; e assim por diante.

Em verdade, o risco é interpretado pelo nível de incerteza associado a um acontecimento (evento).

Segundo Knight (1972, p. 249), o termo “risco” se apresenta como uma espécie de dispersão de resultados de um ativo, sendo que o mesmo poderá ainda estar associado a um desvio-padrão, tendo uma variância, tendo conseqüentemente como indicadores o Valor no Risco/VaR, bem como a assimetria e a curtose. Para Knight (1972, p. 249), o risco não pode ser simplesmente definido como uma possibilidade de perda.

Saunders (2000, p. 222), retrata que a idéia principal do RAROC é a de que em vez de se avaliar o fluxo de caixa anual considerado como efetivo ou mesmo prometido como uma espécie de empréstimo deverá o gerente de crédito comparar todo o rendimento ora esperado a seu risco. Deste modo, em vez de se dividir o rendimento

pelo ativo, o mesmo deverá ser dividido pela medida de risco ativo, considerada como empréstimo. Assim, Saunders (2000) apresenta a seguinte fórmula:

$$\text{RAROC} = \frac{\text{RENDIMENTO DO EMPRESTIMO}}{\text{CAPITAL SUJEITO A RISCO NO EMPRESTIMO (L)}}$$

Deste modo:

RAROC = representa o índice cujo valor aceitável acabara por variar sempre de acordo com a instituição;

Rendimento do empréstimo = representa o rendimento no período de cálculo. O presente acaba por se referir à margem em relação ao custo do capital para a instituição financeira. O Capital sujeito a risco do empréstimo (L) = acaba por representar de forma estatística o capital que se encontra sujeito a perda.

Diante disto, Saunders (2000, p. 223) retrata que determinados bancos, principalmente os de grande porte, acabam por utilizar-se o cálculo do RAROC, sendo que na formula L apresenta a multiplicação da taxa de perdas que são inesperadas em razão da própria proporção perdida no caso da ocorrência de inadimplência.

A intermediação financeira traz consigo risco inerentes a sua atividade, os principais riscos enfrentados pelos bancos, segundo Assaf Neto (2008, p.112), são:

- Risco de Variação de Taxa de Juros
- Risco de Crédito
- Risco de Mercado
- Risco Operacional
- Risco de Câmbio
- Risco Soberano
- Risco de Liquidez
- Risco Legal.

2.3.1 Risco de Variação da Taxa de Juros

O presente risco está relacionado ao descasamento entre taxas de juros, isto ocorre quando os bancos captam com uma determinada taxa ou prazo e aplicam (emprestem) com outra taxa com indexador diferente ou prazo diferente. Esta situação expõe o banco, fazendo com que ocorra uma desarmonia entre os ativos e passivos.

2.3.2 Risco de Crédito

Relaciona-se a possibilidade do banco não receber os recursos, isto é, a probabilidade do cliente/tomador não honrar seus compromissos nas condições pactuadas.

De acordo com Assaf Neto (2008, p.114):

O risco de crédito é afetado pela política de concessão de crédito e gestão de risco e eficiência administrativa da instituição. Os juros cobrados nas operações de crédito pelas instituições financeiras concedentes devem, em essência, atender a três objetivos:

- Cobrir todas as despesas administrativas e de pessoal alocadas ao crédito;
- Cobrir o risco de crédito determinado pela inadimplência esperada (provisão para devedores duvidosos);
- Remunerar os acionistas pelo capital aplicado.

O risco do crédito engloba todos os fatores ligados ao cliente e ao negócio. Em relação ao cliente, sua capacidade e disposição de honrar o compromisso, em relação ao negócio, a sua viabilidade econômica e sua capacidade de gerar receita.

2.3.3 Risco de Mercado

Este risco está relacionado as mudanças do comportamento dos ativos e passivos da empresa, isto é, mudanças corridas na taxa de juros e câmbio, nos preços das ações, commodities e na incompatibilidade entre taxas, prazos, moedas e índices, entre outros fatores.

Segundo Assaf Neto (2008, p.114):

O risco de mercado está relacionado com o preço que o mercado estipula para ativos e passivos negociados pelos intermediários financeiros, ou seja, com o comportamento verificado no preço de um bem no dia-a-dia.

Os riscos de mercado não estão presentes apenas na estrutura de ativos e passivos da empresa, mas, também, em sua atividade. Imagine uma indústria cujo custo de produção dependa especificamente de um tipo de matéria-prima. A alta no custo desse insumo poderá reduzir sua margem operacional, provocando uma alta nos preços do produto fabricado, podendo afetar suas vendas.

2.3.4 Risco Operacional

É a possibilidade de ocorrerem perda associadas à atividade operacional da empresa, como sistemas inadequados ou inoperantes, falhas humanas ou em processos internos, fraudes, controles defeituosos ou inadequados e catástrofes.

De acordo com Assaf Neto (2008, p. 115):

O risco operacional é o risco de perdas (diretas ou indiretas) determinadas por erros humanos, falhas

nos sistemas de informações e computadores, fraudes, eventos externos, entre outras.

2.3.5 Risco de Câmbio

Relacionado às transações em moedas estrangeiras, isto é, o banco capta ou empresta recursos atrelados à variação cambial, uma desvalorização ou alta da moeda de referência afeta seus ativos e/ou passivos. Isso pode ocorrer quando não há uma proteção em relação às possíveis oscilações. Para protegerem-se, os bancos devem trabalhar com posições casadas com passivos e ativos expressos na mesma moeda.

2.3.6 Risco Soberano

Esta relacionado à atuação de um banco em outros países, caso ocorra uma intervenção do governo daquele país sobre suspensão de pagamento de dívidas, ou seja, atitudes de países que podem realmente criar alguns regulamentos que venham impedir a liquidação de ativos financeiros.

Para Assaf Neto (2008, p.117):

O risco soberano é determinado principalmente por restrições que o país estrangeiro pode impor aos fluxos de pagamentos externos. Essas restrições podem ocorrer em termos de volume máximo de pagamento, tipo de moeda ou, até mesmo, da decretação de moratória.

2.3.7 Risco de Liquidez

Está relacionado à falta de recursos necessários ao cumprimento de uma ou mais obrigações, em função do descasamento entre entradas e desembolsos. Uma empresa com um patrimônio sólido pode não dispor de caixa para honrar suas dívidas em determinado mês. Isso ocorre quando vem trabalhando com prazos de pagamento menores com os prazos de recebimentos.

Segundo Assaf Neto (2008, p. 117):

O risco de liquidez está relacionado com a disponibilidade imediata de caixa diante de demandas por parte dos depositantes e aplicadores (titulares de passivos) de uma instituição financeira. Quando os recursos de caixa disponíveis de um banco são minimizados por não produzirem retornos de juro, o risco de liquidez aumenta pela possibilidade de retiradas imprevistas dos depositantes do banco.

2.3.8 Risco Legal

Caracteriza-se pela inobservância dos dispositivos legais ou regulamentares, além das sanções a que a instituição está sujeita pelo descumprimento da lei, pode ensejar pedidos de indenização por danos a terceiros.

De acordo com Assaf Neto (2008, p. 118):

O risco legal vincula-se tanto ao fato de uma legislação mais atualizada e eficiente com relação ao mercado financeiro como a um eventual nível de desconhecimento jurídica na realização dos negócios.

No estabelecimento da política de crédito a instituição definirá em quais riscos incorrer. Podemos dizer que uma política de crédito é um guia para decisão de crédito, onde são definidas e orientadas a aprovação e concessão do crédito e os objetivos estabelecidos.

2.4 Política de Crédito

Esses serviços motivam os clientes a usar a instituição financeira para efetuar a transferência de recursos. A política de crédito de uma empresa é o ponto de partida para a implementação de crédito, fornecendo os elementos para a concessão de crédito a um cliente. Junto com as ferramentas de marketing básicas, a política de crédito é uma das principais variáveis para o seu desempenho.

A forma ideal de estabelecimento de uma política de crédito consiste na definição de formas que aumentem sua performance. O grau de risco que a empresa resolve incorrer é determinada pela política de crédito. Esse risco por sua vez, vai determinar o período médio de recebimento e as perdas que está disposto a sofrer.

As instituições financeiras tendem a utilizar padrões de crédito mais rigorosos na concessão de empréstimos/financiamentos, uma vez que o prejuízo causado pelo não recebimento, significa a perda do total do valor emprestado, diferentemente de uma empresa não-financeira que opera com margem de lucro.

Outra diferença importante entre as instituições financeiras e as demais empresas está relacionada ao fato de as financeiras estabelecerem patamares relativos à taxas de juros, prazos, garantias e níveis de risco a serem assumidos, para cada tipo de operação, além de terem sua capacidade de financiamento controlada pelo governo.

Borges (1997, p. 65), propõe uma definição formal em relação a política de crédito, com definições sobre fixação e aprovação de limites de crédito com um acompanhamento periódico dos clientes, com o objetivo de constante análise dos limites de crédito estabelecidos.

Na análise de crédito por uma instituição financeira, a definição de uma política de crédito, levam também em consideração, aspectos ligados ao nível de risco, prazo da operação, taxas de juros e garantias.

2.5 Gestão de Risco de Crédito

Gerenciar risco significa identificar e/ou minimizar o efeito dos riscos que por ventura poderão ocorrer em um investimento ou em uma concessão de crédito. Mesmo considerando que a informação reduz o risco, não é possível a sua eliminação total, uma vez que a atividade de crédito representa uma assunção de risco.

Segundo Santos (2003, p. 205), os credores sempre enfrentam dificuldades para analisar a real ou aproximada situação financeira de seus clientes.

O gerenciamento do risco deve buscar o equilíbrio entre o custo da busca de certo nível de informações que possa minimizar o grau de risco envolvido e a diminuição do custo de assumi-lo. No momento em que o custo na busca de informações seja mais caro do que o custo do risco não há motivo para continuar a investigação. Ou assume-se o risco o nega-se o crédito.

Algumas técnicas buscam aprofundar a avaliação da empresa, título ou negócio no sentido do maior nível de informações possíveis para minimizar o risco de investir ou conceder o crédito.

2. 6 Crédito

Crédito é o ato de entregar algum bem alguém com a promessa de sua devolução no futuro. Com isto, Santos (2000, p. 15), vem a esclarecer que dentre as diversas conceituações, uma linha de raciocínio acaba por predominar, sendo que para esta o crédito refere-se à uma espécie de troca de um valor presente por uma promessa de reembolso futuro, podendo ser que a mesma não seja certa, em razão da virtude do ‘fator risco’.

Trazendo para dentro de uma instituição financeira, crédito representa a ação de colocar uma quantia em dinheiro à disposição do cliente, mediante promessa de pagamento em data futura em condições previamente pactuadas.

Samuelson e Nordhaus (1993, p. 86), afirmam que na teoria monetária, a utilização de fundos de outrem em troca da promessa de pagamento, mesmo que seja com juros, em uma data futura, representa um crédito.

O ato de conceder o crédito vai da disposição e vontade do proprietário do bem em emprestá-lo ou não. Nesse caso, o analista deve estar ciente que, ao conceder um

crédito, intrinsecamente está se sujeitando aos riscos que envolvem esses tipos de transações.

De acordo com Schrickel (2000, p.42)

Crédito é todo ato de vontade ou disposição de alguém destacar ou ceder, temporariamente, parte de seu patrimônio a um terceiro, com expectativa de que esta parcela volte à sua posse integralmente, depois de decorrido o tempo estipulado.

Diante disto, é possível afirmar que o crédito se refere principalmente à concessão de um ativo, sempre mediante a promessa de um futuro pagamento. Nesse caso, pode-se verificar incluídas na definição as operações de empréstimos, de adiantamentos, de financiamentos, de desconto de títulos, bem como e de leasing financeiro.

Outra característica que se pode salientar no que diz respeito às operações de crédito que acabam por serem concedidas pelos bancos comerciais, é a política monetária, sendo a mesma de multiplicar a moeda.

Para Lima (1988, p. 45), o crédito acaba por se materializar por meio da concessão de empréstimos, sendo este sob qualquer modalidade, acabam por deflagrar o processo de multiplicação da moeda.

Segundo Assaf Neto (2001, p. 40), os recursos que são captados pelos bancos de todos os seus depositantes correntes acabam por serem registrados pela contabilidade no ativo como caixa, sendo que no passivo como depósitos à vista. A presente operação é considerada como padrão, até o momento em que não se é promovido uma influencia sobre o volume e também oferta de moeda da economia.

Deste modo, as operações de crédito apresentam-se como um fator de extrema importância para a política monetária, sendo que as mesmas podem ser vistas como operações compromissadas com títulos, possuindo características na essência de operações de crédito por títulos. Com isto, estas operações não são consideradas como um produto de carteira de crédito dos próprios bancos, visto que acabam por serem utilizadas como operações interfinanceiras de liquidez, bem como meio de captação de recursos junto às pessoas jurídicas e físicas.

Um lado possui sobra de recursos e procura uma forma de remunera- Luiz, o outro necessita de recursos e aceita pagar pela sua utilização. Ao valor pago pela utilização do capital, ou à remuneração pelo seu empréstimo, dá-se o nome de juros, e à diferença entre ambos que é a parte que alimenta o sistema financeiro por intermediar os dois interesses.

Descreve que no pensamento clássico o mercado financeiro é formado pelos agentes intermediadores, pelos poupadores e pelos tomadores de capital. A taxa de juros promove o ajuste entre os poupadores que ofertam recursos e os tomadores que demandam recursos.

Havendo escassez de capital, juros elevados estimulam os poupadores por uma maior remuneração e inibem os tomadores por um maior custo do dinheiro. Inversamente, juros baixos inibem os poupadores por uma recompensa menor, e incitam os tomadores por um dinheiro mais barato.

De acordo com Fortuna (2002, p 31), apesar de haver uma margem decisória na conjugação da rentabilidade e da liquidez, os bancos são apenas os intermediários na ligação entre os interesses dos que possuem excedentes e escassez de capital. A administração do risco do negócio limita a autonomia dos bancos ao casamento entre prazos e taxas praticadas.

O mercado de crédito oferta financiamentos através de intermediação financeira, que podem ser de curto, médio e de longo prazo. O mercado de crédito caracteriza-se por funcionar a partir de normas contratuais, em que recursos obtidos são repassados com um de remuneração, que devem cobrir os custos, perdas decorrentes de inadimplência, e o lucro gerado.

Portanto, o crédito é a entrega de um valor presente por uma promessa de pagamento futuro, não de forma líquida e certa, pois existe sempre, intrínseco, o fator risco. Desse modo, existe sempre a necessidade de efetuar uma análise rigorosa da capacidade financeira do tomador, antes da concessão do crédito

2.7 Análise de Crédito

A análise de crédito tem por finalidade avaliar o perfil de risco de cada cliente. Existem no mercado diversos métodos e modelos de classificação de risco, tanto para pessoas jurídicas como para pessoas físicas. Cada um oferece maior ou menor grau de confiabilidade, dependendo dos critérios e do rigor definido na classificação.

Para Schrikcel (2000, p.27):

A análise de crédito envolve a habilidade de fazer uma decisão de crédito, dentro de um cenário de incertezas e constantes mutações e informações incompletas. Esta habilidade depende da capacidade de analisar logicamente situações, não raro, complexas, e chegar a uma conclusão clara, prática e factível, de ser implementada.

A avaliação do risco de crédito é de difícil mensuração e carrega consigo uma complexidade de fatores, pois não há como ter certeza, em dados passados, prever que

um cliente poderá honrar ou não obrigações assumidas. O processo de avaliação do risco envolve análise sobre informações genéricas que possam afetar o cliente com base em dados e informações cadastrais e sobre o desempenho passado.

Existe uma diversidade de fontes para a obtenção de informações históricas e atuais das empresas. Como as principais fontes, podem ser citadas: relatórios emitidos por empresas de informações para decisões de crédito, ficha cadastral, referências comerciais e bancárias, demonstrações contábeis e estatuto ou contrato social.

A decisão da concessão de crédito será tanto melhor, quanto melhores forem as informações disponíveis. No entanto, sabe-se que nem sempre se dispõe dos melhores dados e, mesmo assim, a decisão tem que ser tomada, seja positiva (deferimento do crédito) ou negativa (não deferimento).

De acordo com Schrikcel (2000, p. 68)

Não existem fórmulas exatas que sirvam para minimizar ou eliminar o risco em todas as empresas; porém, os índices são uma boa fonte de informação para se chegar a um valor de limite de crédito. Assim, tudo depende da análise que se faça da base de dados.

A concessão de crédito deve levar em consideração, também as garantias oferecidas, quanto maior correlação da garantia dada com crédito tomado haverá também uma maior probabilidade no seu retorno. Muitas situações devem ser analisadas mais profundamente, pois além do risco do cliente devemos considerar o risco da operação. Analisar uma operação é estruturá-la de forma a minimizar os riscos, estabelecer critérios e outros parâmetros a fim de viabilizar uma transação, contribuindo para maximizar o volume das vendas.

Para a perfeita aferição da dispersão de resultados em suas decisões de crédito, os administradores de instituições financeiras devem sempre buscar avaliar todas as suas operações. Deste modo, os modelos de avaliação que correspondem ao risco podem ser avaliados de forma qualitativas ou quantitativas.

Os modelos considerados como quantitativos podem ser de duas espécies: baseados em métodos voltados para a avaliação de risco de crédito ou mesmo em modelos que são desenvolvidos para a previsão de insolvência, sendo os mesmos adaptados para a decisão de crédito. Em relação aos modelos qualitativos, estes estão embasados nas informações que são obtidas por meio dos clientes, sendo as mesmas provenientes de fontes próprias ou de fontes externas.

Determinados sistemas de controle e também de avaliação do risco de crédito acabam por se basearem nos dados de inadimplência, como perda dada em relação à inadimplência e de recuperação. As presentes informações se apresentam como meio de estimar o valor considerado como adequado da provisão relacionada aos créditos de liquidação consideradas como duvidosa, podendo deste modo se evidenciar um certo relacionamento entre os dois temas (risco x provisão).

Porém, cabe aqui uma questão importante, como avaliar para quem, quanto, e de que forma uma instituição financeira irá aplicar seus ativos, uma ferramenta a ser utilizada é a análise dos clientes.

2. 8 Os Cs do Crédito

As empresas que praticam o crédito utilizam-se dos conceitos, conhecidos como 5 Cs do crédito, para desenvolverem seus sistemas de análise de crédito ou avaliação de riscos. Esses fatores são:

- **Caráter:** representa a firmeza de vontade, determinação em honrar os compromissos assumidos e se revela pelo histórico do cliente em termos de cumprimento de obrigações;
- **Capacidade:** refere-se à habilidade, competência empresarial ou profissional do cliente, bem como o seu potencial de produção e/ou comercialização. Na avaliação da capacidade do cliente devem ser observados, entre outros aspectos: formação profissional ou experiência na atividade, resultados alcançados em outras atividades, habilidades administrativas, grau de tecnologia utilizada;
- **Capital:** se refere às fontes e usos de recursos e revela a situação econômica e financeira do cliente. O capital do proponente a uma operação de crédito de ser compatível com a atividade desenvolvida e com o crédito solicitado;
- **Colateral:** diz respeito à garantia, ou seja, qual o volume de ativos que o cliente tem a disposição para usar com lastro de crédito.
- **Condições:** envolve fatores externos à empresa. Integra o macroambiente em que atua e foge do seu controle, como: medidas de política econômica, fenômenos naturais e imprevisíveis, risco de mercado e fatores de competitividade.

Os Cs do crédito são utilizados para o estabelecimento da política do crédito e na estruturação e normatização dos sistemas de avaliação de riscos.

A análise de crédito pautada na avaliação dos Cs do crédito permite diminuir o risco assumido, sendo conveniente destacar que a análise econômico-financeira é parte integrante desta avaliação, pois trazem dados e conclusões diretamente relacionadas aos CS do crédito.

2.9 Análise de Crédito Empresarial

Na análise de crédito para uma empresa, é fundamental que entendamos suas características intrínsecas. Essas características, var Ian de acordo com o tamanho da estrutura organizacional, influenciando o diagnóstico do crédito em estudo.

As micro e empresas individuais geralmente confundem-se com a figura do dono. Via de regra tem habilidade suficiente para produzir determinado bem ou serviço, mas não tem habilidade gerencial. Quando o produto, como consequência da habilidade é sucesso e a empresa começa a crescer, vão surgindo os problemas gerenciais.

Para essas empresas a análise mais formal dos aspectos econômicos e financeiros é prejudicada, pois seus balanços são apenas fiscais, não apresentado a realidade da empresa.

Ao analisarmos esse tipo de empresa, devemos buscar sua realidade expressa através de seus dados operacionais de produção, vendas, técnicas de produção utilizadas, desempenho do caixa, faturamento mensal e desempenho do setor em que atua.

O risco de crédito para essas empresas é alto. Existe a necessidade de técnicas próprias para se analisar esse segmento. Nesse case a análise é mais comportamental do que técnica.

Para Santos (2003, p. 222), “[...] como forma de reduzir as perdas financeiras decorrentes da inadimplência, as empresas cada vez mais estão investindo na elaboração e implantação de modelos para avaliação do risco de crédito”.

As instituições financeiras buscam métodos avançados de avaliação de risco para analisar essas empresas. “A metodologia mais utilizada nos Bancos para fazer uma distribuição probabilística objetiva é o *credit score*” (Paiva, 1997, p. 20).

Ainda de acordo com Paiva (1997, p. 20), o *Credit Score* é baseado na definição de vários indicadores atribuindo-se aos mesmos pesos relativos. Funciona como uma ferramenta estatística, chamada de análise discriminante, conforme a pontuação obtida, o grupo em análise é ordenado em clientes de menor ou maior risco.

A partir da ordenação, define-se uma pontuação mínima como limite de risco a ser assumido.

Esse método possibilita conjugar vários rankings, ponderando-se o ambiente externo e também simular pontuações alternativas. É importante frisar que o critério de pontos é totalmente arbitrário e que a base de pontuação é fundamentada no comportamento histórico, não garantindo, portanto, a validade futuras das informações ou dos indicadores.

A avaliação de risco por este método é baseado na experiência de cada instituição. O modelo faz previsão estatística do comportamento futuro do postulante ao crédito, em função do comportamento histórico de devedores com características semelhantes.

Segundo Paiva (1997, p. 21), “no sistema *credit score*, a entrada é normalmente, um dos quatro Cs do crédito; o processo é a metodologia, os pesos, os indicadores utilizados para discriminar os clientes”, o sistema é alimentado através da importação de dados e informações constantes em seu cadastro (entrada), que são processadas e através de um modelo estatístico produz um resultado (saída).

Para Paiva (1997, p. 21), “a saída é a classificação dos clientes em grupamentos de risco ou de acordo com a probabilidade de perda; e o *feedback* é à margem de erro do processo”.

Este processo é mais utilizado para análise de crédito para pessoa física, mas é bastante utilizado para micro e pequenas empresas tendo em vista suas características.

De acordo com Santos (2003, p. 222), há quatro sistemas de avaliação de risco: a) Valor em Risco (VAR); b) *Creditmetrics*; c) Retorno sobre o Capital Econômico Ajustado ao Risco (RAROC); e d) Modelo KMV para estimar a inadimplência.

Mesmo sendo o mais avançado tecnologicamente, um sistema de análise de risco, é alimentado por informações e dados coletados por pessoas. Segundo Paiva (1997, p. 25), “[...] um sistema informatizado para tal trabalho, depende da ação humana, portanto, sujeita a erros”.

Também pode ser feita a análise patrimonial, que tem por objetivo a posição do cliente em relação à posse de bens para lastrear o cumprimento da obrigação e a saúde financeira da empresa. Outro aspecto é a análise global, tanto de análise de balanço quanto em termos de análise econômico-financeira.

2.10 Análise Econômico-Financeira

No procedimento de análise econômico-financeira é necessário deixar bem claro a distinção entre termos econômico e financeiro, termos comumente empregados no

mundo dos negócios, que muitas vezes confundem ou chegam a ser tratados como sinônimos.

Assim, uma empresa pode apresentar excelente situação econômica, com prédios, terrenos e máquinas, mas não dispor de recursos para pagar suas dívidas, visto que o lucro, ainda que possa aumentar seu patrimônio, não aumenta necessariamente sua capacidade de pagamento de curto prazo, uma vez que bens que compõem o patrimônio podem levar algum tempo para se converterem em efetivos recursos a ingressarem no caixa da empresa.

Traduzindo, a situação econômica é representada essencialmente pelo patrimônio líquido, ou seja, pelo que sobra de bens e direitos depois de cumpridas todas as obrigações. Revela, assim, o nível de solidez em que se encontra a empresa. Por outro lado, a situação financeira revela a capacidade que a empresa tem de gerar recursos no volume e nos prazos exigidos pelas suas obrigações. É representada pelo fluxo de caixa, ou seja, pelas entradas e saídas de dinheiro.

Portanto, na análise financeira verifica-se a capacidade de pagamento que uma empresa apresenta no curto ou longo prazo, ou seja, se a empresa possui condições financeiras de cumprir no vencimento todos os compromissos assumidos. Seu foco principal é o ciclo financeiro, avalia como serão supridos os recursos para saldar suas obrigações.

Segundo Assaf Neto (2002 p.85), para a liberação de crédito, leva-se em consideração nesta etapa, os principais indicadores que são os índices de liquidez, de endividamento ou estruturas de capitais..

Já a análise econômica cuida da solidez da empresa. Preocupa-se com a relação entre as fontes de recursos que financiam sua atividade, seu nível e perfil de endividamento e com seus investimentos fixos realizados. Também, avalia a estrutura patrimonial, ou seja, a rentabilidade e lucratividade da empresa.

A situação econômica e situação financeira são fenômenos distintos, suas análises devem ser feitas levando-se em consideração essas diferenças. Ambas são feitas através de relatório contábeis e de outras informações fornecidas pelo cliente.

2.10.1 Análise das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras são mecanismos utilizados para avaliar o desempenho presente e passado, podendo ser utilizados para projetar o futuro de uma empresa. A maior vantagem do uso desta ferramenta está nas previsões das

demonstrações de origens ou aplicações dos recursos e no cálculo de índices financeiros, possibilitando uma análise consistente dos recursos a curto e longo prazo.

De acordo com Campos (1996, p. 45):

A função financeira compreende os esforços despendidos objetivando a formulação de um esquema que seja adequado à maximização dos retornos dos proprietários das ações ordinárias da empresa, ao mesmo tempo em que possa propiciar a manutenção de certo grau de liquidez.

A análise de demonstrativos contábeis da empresa é uma das etapas técnicas de extrema importância em relação à concessão de crédito. O estudo de alguns índices calculados nos dá uma idéia do perfil econômico-financeiro sobre o passado da empresa, com isso poderemos projetar a capacidade de pagamento futura com base em seu passado.

Contudo, toda análise dos coeficientes de variações patrimoniais, devem ser aprofundada, investigando cada índice apurado, fazendo-se um comparativo do desempenho da empresa analisada com outras do mesmo segmento de mercado, para não haver conclusões distorcidas.

2.10.2 Análise Horizontal

A análise horizontal, conhecida também como análise de tendência, calcula a evolução de valores de uma mesma conta entre dois ou mais exercícios financeiros, demonstrando a evolução de um período para outro.

Essa análise possibilita o acompanhamento do desempenho de cada uma das contas, sem a preocupação com a inflação do período calculado, pois os índices compõem a comparação de grandeza em relação a uma mesma data, sejam evoluções positivas ou negativas.

Os índices são extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Exercício, calculados da seguinte forma:

$$\text{Participação Horizontal (PH)} = \frac{\text{Valor do item período subsequente}}{\text{Valor do item período base}}$$

2.10.3 Análise Vertical

A análise vertical demonstra a participação de cada conta em relação ao total de seu grupo, bem como, em relação aos totais do ativo e passivo.

A amostra deverá ser comparada com outras empresas que atuam no mesmo setor para saber se reflete um a situação boa o ruim..

A Análise Vertical é feita considerando dados de um mesmo período, utilizando-se a seguinte fórmula:

No Balanço Patrimonial	No DRE
$PV = \frac{\text{Item}}{\text{Total}} \times 100$	$PV = \frac{\text{Item}}{\text{Receita Líquida}} \times 100$

Onde,

PV = Participação Vertical

2.10.4 Índices de Liquidez

Os índices de liquidez são medidas de avaliação de capacidade financeira da empresa em satisfazer os compromissos para com terceiros. Mostra quanto à empresa dispõe de bens e direitos em relação às obrigações assumidas no mesmo período. Dessa forma, quanto maior for o índice, melhor será sua situação financeira.

Segundo relata Marion (2009. p. 71):

Os índices de liquidez são usados para avaliar a capacidade de pagamento de uma empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando: Longo prazo, Curto prazo, Prazo imediato.

De acordo com Assaf Neto (2007, p. 189), “...os indicadores de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros”.

2.10.4.1 Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente mede a capacidade de pagamento a curto prazo. Índices superiores à unidade evidenciam situação financeira favorável, enquanto os inferiores à unidade revelam situação financeira desfavorável.

De acordo com Assaf Neto (2007, p. 190), “...a liquidez corrente indica o quanto existe de ativo circulante para cada real de dívida a curto prazo”.

Calcula-se da seguinte forma:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

Onde,

AC – Ativo Circulante

PC – Passivo Circulante

A análise desse índice não pode deixar de levar em consideração as contas a receber e os estoques.

2.10.4.2 Liquidez Seca

Índice de liquidez seca é um indicador importante por revelar que eventuais retrações nas vendas poderão afetar seriamente a capacidade de pagamento da empresa. Pode-se considerar como normal, índice ligeiramente abaixo da unidade, pois dificilmente alguma parte dos estoques deixará de ser vendida.

Segundo Assaf Neto (2007, p. 190), “...este quociente demonstra a porcentagem das dívidas a curto prazo em condições de serem salgadas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante”.

Calcula-se da seguinte forma:

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{AC} - \text{Estoques}}{\text{PC}}$$

Onde,

AC – Ativo Circulante

PC – Passivo Circulante

Pode-se dizer que mede o grau de solvabilidade de uma empresa, isto é, a capacidade que a empresa tem para cumprir os seus compromissos de curto prazo sem vender seus estoques.

Neste índice a avaliação é mais rigorosa, mostrará de quanto à empresa dispõe para liquidar suas dívidas de curto prazo, sem a venda de seus estoques (SILVA, 2001).

2.10.4.3 Liquidez Geral

Mede a capacidade de pagamento de todas as dívidas da empresa. Evidencia a capacidade de pagamento de todo o Passivo Exigível da Empresa (Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo), utilizando-se para tanto, todos os recursos financeiros aplicados no Ativo Circulante e no Ativo Realizável a Longo Prazo.

Conforme Marion (2009, p.77), “...mostra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, considerando tudo que ela converterá em dinheiro (a curto e longo prazo), relacionando-se com tudo que já assumiu como dívida (a curto e longo prazo)”.

Em princípio, a situação é tida como favorável se o índice for superior à unidade e desfavorável se o mesmo for inferior à unidade, nesse último caso, revela que a empresa está recorrendo excessivamente às capitais de terceiros.

Obtêm-se da seguinte forma:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{AC} + \text{ARLP}}{\text{PC} + \text{PELP}}$$

Onde,

AC – Ativo Circulante

ARLP – Ativo Realizável a Longo Prazo

PC – Passivo Circulante

PELP – Passivo Exigível a Longo Prazo

2.10.5 Estrutura de Patrimonial

Os índices de estrutura de patrimonial avaliam o grau de endividamento da empresa em decorrência das origens dos capitais investidos no patrimônio. Eles revelam a política de obtenção e alocação de recursos nos diversos itens do ativo e a proporção existente entre os Capitais próprios e os Capitais de Terceiros.

O ativo de uma empresa é financiado pelos capitais próprios (patrimônio líquido) e por capitais de terceiros (obrigações). Quanto maior for a participação de capitais de terceiros nos negócios de uma empresa, maior será o risco a que eles (terceiros) estarão expostos. O grau do endividamento mede, portanto, a proporção dos ativos totais financiadas por recursos de terceiros.

2.10.5.1 Relação entre as Fontes de Recursos

Este índice revela quanto do ativo de uma empresa é financiado pelos capitais próprios (Patrimônio Líquido) e por capitais de terceiros (obrigações). Quanto menor a participação de capitais de terceiros menor será seu risco.

Conhecido também com PCT (Participação de Capitais de Terceiros). Este índice define a relação entre os recursos de terceiros e os recursos próprios aplicados na empresa, isto é, quanto à empresa está utilizando dos capitais de terceiros para cada real de capital próprio (Silva, 2001). Calcula-se dessa forma:

$$\text{Relação entre as Fontes de Recursos (RFR)} = \frac{\text{PC} + \text{PELP} + \text{REF} \times 1000}{\text{PL}}$$

Onde,

PC – Passivo Circulante

PELP – Passivo Exigível a longo Prazo

REF – Resultado de Exercícios Futuros

PL – Patrimônio Líquido

2.10.5.2 Endividamento Geral

Revela o grau de endividamento total da empresa, isto é, expressa a proporção de recursos de terceiros financiando o ativo.

A análise desse índice por diversos exercícios mostra-nos a política de obtenção de recursos da empresa, se financia seus ativos com recursos próprios ou de terceiros, e qual a sua proporção.

De acordo com Marion (2009, p. 92),

São os indicadores de endividamento que nos informam se a empresa se utiliza mais de recursos de terceiros ou de recursos dos proprietários.

Saberemos se os recursos de terceiros têm seu vencimento em maior parte a Curto Prazo (Circulante) ou a Longo Prazo (Exigível a Longo Prazo).

Calcula-se da seguinte forma:

$$\text{Endividamento Geral (EG)} = \frac{\text{PC} + \text{PELP}}{\text{ATIVO}} \times 100$$

Onde,

PC – Passivo Circulante

PELP – Passivo Exigível a Longo Prazo

2.10.5.3 Composição das Exigibilidades

Este índice é uma medida que revela a composição do passivo da empresa, em termos de prazos e das exigibilidades. Compara o montante de dívidas no curto prazo com o endividamento total, revelando a dívida da empresa. Quanto mais curto o prazo de vencimento das parcelas exigíveis, maior será o risco oferecido pela empresa. De outro lado, as empresas com endividamento concentrado no longo prazo oferecem uma situação mais tranqüila.

Conforme Iudícibus (2007, p. 95), “...representa a composição do endividamento total ou qual a parcela que se vence a curto prazo, no endividamento total”.

É calculado da seguinte forma:

$$\text{Composição das Exigibilidades (CE)} = \frac{\text{PC}}{\text{PC} + \text{PELP}} \times 100$$

Onde,

PC – Passivo Circulante

PELP – Passivo Exigível a Longo Prazo

2.10.5.4 Passivo Oneroso Sobre Ativo

Mostra a participação das fontes onerosas de capital no financiamento dos investimentos totais da empresa, revelando sua dependência de instituições financeiras. Quanto maior for o índice, maiores são as despesas financeiras, o que influencia o resultado do exercício. É obtido usando a fórmula abaixo:

$$\text{Passivo oneroso Sobre Ativo (POSA)} = \frac{\text{PCF} + \text{PELP}}{\text{ATIVO}} \times 100$$

Onde,

PCF – Passivo Circulante Financeiro

PELP – Passivo Exigível a Longo Prazo

2.10.5.5 Imobilização do Patrimônio Líquido

Exprime o quanto do ativo permanente da empresa é financiado pelo seu patrimônio líquido, mostrando, dessa forma, qual a dependência de recursos de terceiros para manutenção dos seus negócios.

A correta administração dos recursos de terceiros de uma empresa pressupõe um perfeito equilíbrio entre prazos das aplicações dos recursos com os prazos das fontes. O ideal é que o ativo permanente seja financiado pelo patrimônio líquido ou por financiamentos a longo prazo. Calcula-se da seguinte forma:

$$\text{Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)} = \frac{\text{AP}}{\text{PL}} \times 100.$$

Onde,

AP – Ativo Permanente

PL – Patrimônio Líquido

2.10.6 Análise de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade têm por objetivo avaliar o desempenho final da empresa. A rentabilidade é o reflexo das políticas e das decisões adotadas pelos seus administradores, expressando objetivamente o nível de eficiência e o grau de êxito econômico-financeiro atingido. Determinam o giro (velocidade) dos valores aplicados

Segundo relata Iudícibus (2007, p.102):

Expressar a rentabilidade em termos absolutos tem uma utilidade informativa bastante reduzida, portanto, devemos relacionar um lucro de um empreendimento com algum valor que expresse a dimensão relativa do mesmo, para analisar quanto bem saiu à empresa em determinado período.

2.10.6.1 Giro do Ativo

Este índice evidencia quantas vezes girou, durante o período, o ativo total da empresa. Embora não seja um índice essencialmente de rentabilidade, o estudo da rotação do ativo constitui aspecto importante para o entendimento da rentabilidade do investimento.

De acordo com Iudícibus (2007, p. 100), “...este quociente de atividade representa quantas vezes o ativo girou ou se renovou pelas vendas”.

Obtêm-se utilizando à seguinte fórmula:

$$\text{Giro do Ativo (GA)} = \frac{\text{ROL}}{\text{AT}}$$

Onde,

ROL – Receita Operacional Líquida

AT – Ativo Total

2.10.6.2 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Este índice mede a remuneração dos capitais próprios investidos na empresa, isto é, quanto foi acrescentado em determinado período ao patrimônio dos sócios. Do ponto de vista de quem investe na empresa este deve ser o índice mais importante.

A RPL permite avaliar a remuneração do capital próprio, em relação ao rendimento com outros tipos de aplicações.

De acordo com Iudícibus (2007, p. 108), “...A importância da taxa de retorno sobre o Patrimônio Líquido reside em expressar os resultados globais auferidos pela gerência na gestão de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas”.

É calculada usando a seguinte fórmula:

$$\text{Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL)} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

2.10.6.3 Margem Líquida

A Margem Líquida (ML) revela o índice de lucratividade obtida por uma empresa. Este índice reflete o ganho líquido da empresa para em cada unidade de venda (Silva, 2001). É resultado do seguinte cálculo:

$$\text{Margem Líquida (ML)} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Operacional Líquida}} \times 100$$

2.10.6.4 Margem Operacional de Lucro

A MOL é uma medida de lucratividade das vendas, avalia o ganho operacional em relação a seu faturamento se quociente evidencia o potencial de geração de lucros por partes da empresa, isto é, quanto à empresa obteve de lucro líquido para cada real de investimentos totais. Este índice representa a capacidade da empresa em gerar resultado com suas vendas (Iudícibus, 2007). É calculada usando-se a seguinte fórmula:

$$\text{Margem Operacional de Lucro (MOL)} = \frac{\text{Lucro Operacional Líquido}}{\text{Receita Operacional líquida}} \times 100$$

2.10.6.5 Rentabilidade dos Investimentos

A rentabilidade dos investimentos revela o quanto à empresa está obtendo de resultado em relação aos seus investimentos totais. Este índice é o que merece maior destaque dentre o grupamento rentabilidade. É importante para mensurar os investimentos realizados tanto por capitais próprios quanto de terceiros, visto que sua base é representada pelas aplicações totais da empresa (Silva, 2001).

Conforme Marion (2009, p. 127). “...o ativo significa investimentos realizados pela empresa a fim de obter receita e, por conseguinte, lucro. Assim podemos obter a taxa de retorno sobre o investimento”.

Calcula-se da seguinte forma:

$$\text{Rentabilidade dos Investimentos (RI)} = \frac{\text{Lucro Operacional Líquido}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

2.10.6.6 Grau de Alavancagem Financeira

A alavancagem financeira apura se a rentabilidade auferida provém das atividades operacionais e quanto de retorno está conseguindo auferir com os investimentos nela realizados. Este índice possibilita verificar se a utilização de recursos onerosos está sendo satisfatória, pois resulta da participação de recursos de terceiros na estrutura de capital social da empresa (Iudícibus, 2007). É obtida da seguinte forma:

$$\text{Grau de Alavancagem Financeira} = \frac{\frac{\text{Lucro líquido} + \text{Dividendos}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}}{\frac{\text{Lucro Líquido} + \text{Dividendos} + \text{Des. Fin.}}{\text{Ativo Total Médio}}}$$

A análise desses índices nos permite emitir parecer sobre a situação econômica da analisada em termos de boa, regular ou ruim e, ainda, indicar qual a tendência revelada pelos números.

2.10.7 Indicadores de Rotatividade

Indicadores de rotatividade ou de prazos médios indicam a dinâmica de algumas verbas do patrimônio, ou seja, quantos dias elas levam para girar durante o exercício (rotação). Assim como os demais indicadores, não devem ser analisados individualmente, mas sempre em conjunto.

Conforme Iudícibus (2007, p. 97), “tais indicadores, representam a velocidade com que elementos patrimoniais de relevo se renovam durante determinado período de tempo”.

2.10.7.1 Prazo Médio de Compras

Esse indicador exprime o prazo que a empresa vem obtendo de seus fornecedores para pagamento das compras de matérias-primas e mercadorias. Assim, podemos dizer que prazo médio de compra e o respectivo pagamento.

Considera-se ideal que o pagamento das compras seja efetuado no maior prazo possível. Assim, quanto maior for o PMC, melhor será a situação da empresa, pois estará financiando seu giro com recursos não onerosos.

Conforme Marion (2009, p. 111), “...indica, em média, quantos dias a empresa demora para pagar suas compras”.

É calculado da seguinte forma:

$$\text{Prazo Médio de Compras (PMC)} = \frac{\text{Fornecedores}}{\text{Montante de Compras}} \times 360$$

2.10.7.2 Prazo Médio de Estoques

Esse indicador mostra o número de dias, em média em que os estoques são renovados. Assim, PME é o número de dias que decorre, em média, entre a compra e a venda. Ou, também, o número de dias em média, em que os estoques ficam parados na empresa. Considera-se ideal que os estoques girem o mais rápido possível.

De acordo com Marion (2009, p. 111), “...indica em média quantos dias a empresa leva para vender seu estoque”.

É calculado da seguinte forma:

$$\text{Prazo Médio de Estoques (PME)} = \frac{\text{Estoque}}{\text{Custo dos Produtos Vendidos}} \times 360$$

2.10.7.3 Prazo Médio de Recebimentos

Indica o prazo médio de recebimentos das vendas totais da empresa, mostrando o tempo decorrido entre a venda de seus produtos e o efetivo ingresso dos recursos em caixa. O ideal é que o recebimento das vendas se efetue no menor prazo possível.

Conforme Marion (2009, p. 111), “...indica em média, quantos dias a empresa espera para receber suas vendas”.

É calculado da seguinte forma:

$$\text{Prazo Médio de Recebimentos (PMR)} = \frac{\text{Clientes}}{\text{Receita Operacional Bruta}} \times 360$$

2.10.7.4 Ciclo Operacional

Neste indicador avalia-se o tempo decorrido entre o momento em que a empresa adquire as matérias-primas ou mercadorias e o momento em que recebe o valor referente as vendas. É calculado da seguinte forma:

$$\text{Ciclo Operacional (CO)} = \text{PME} + \text{PMR}$$

2.10.7.5 Ciclo Financeiro

No ciclo financeiro avalia-se o tempo decorrido entre o instante do pagamento aos fornecedores pelas mercadorias adquiridas e o recebimento pelas vendas efetuadas. É o período em que a empresa necessita, ou não, de financiamento para complementar o seu ciclo operacional.

O ciclo financeiro nada mais é do que uma medida aproximada da necessidade de capital de giro da empresa, expressa em dias, ao longo do exercício social e corresponde ao período de tempo entre o pagamento ao fornecedor e o momento em que a empresa recebe do cliente o dinheiro das vendas. É calculado da seguinte forma:

$$\text{Ciclo Financeiro (CF)} = \text{PME} + \text{PMR} - \text{PMC} \text{ ou } \text{CF} = \text{CO} - \text{PMC}$$

2.10.8 Indicadores de Giro

2.10.8.1 Necessidade de Capital de Giro

A NCG visa apurar quais são as necessidades que a empresa tem de capital de giro para bancar as aplicações operacionais não supridas pelas fontes espontâneas de recursos.

A NCG é a diferença entre as aplicações cíclicas e as fontes cíclicas, que se renovam de acordo com as atividades operacionais da empresa (Silva, 2003). Assim, para bem compreendermos o assunto, devemos antes examinar essas duas grandezas, que se renovam automaticamente no dia-a-dia da empresa.

Assaf Neto (2007) afirma em estudo que:

O capital de giro constitui-se no fundamento do equilíbrio financeiro de uma empresa. Pela análise

de seus elementos patrimoniais são identificados os prazos operacionais, o volume de recursos que se encontram financiando o giro, e as necessidades de investimento operacional.

As fontes cíclicas correspondem aos valores do ativo financiados pela empresa até sua realização, representados pelo somatório das contas: duplicatas a receber, estoques, adiantamento a fornecedores, mercadorias em trânsito e despesas antecipadas.

Essas contas podem ser consideradas “um mal necessário” ao funcionamento da empresa. Não se está afirmando, aqui, que a empresa deva vender menos. Apenas que vender a prazo, estocar, adiantar pagamentos a fornecedores, etc. São atividades que elevam o valor do ativo circulante cíclico e exigem esforço adicional para sua cobertura.

As fontes cíclicas por sua vez, são valores exigíveis, bancados por terceiros ligados à área operacional, correspondem ao somatório das seguintes contas: fornecedores, salários a pagar, comissões a pagar, encargos sociais a recolher, IR retido na fonte, contas a pagar, adiantamento de clientes e impostos a pagar.

Essas contas representam fontes não onerosas e, por isso, quanto maiores seus saldos, melhor para a empresa. Assim, podemos dizer que prazo maior para pagamento a fornecedores, por exemplo, representam alívio nas necessidades de caixa da empresa. É calculada da seguinte forma:

$$\text{Necessidade de Capital de Giro (NCG)} = \text{ACC} - \text{PCC}$$

Onde:

ACC – Ativo Circulante Cíclico

PCC – Passivo Circulante Cíclico

2.10.8.2 Capital de Giro

As contas que entram na fórmula para apuração do CDG parecem estacionárias, quando comparadas com as cíclicas. São contas cuja movimentação é feita por iniciativa da alta administração da empresa e são, por conseguinte, consideradas estratégicas..

Para continuidade de suas atividades operacionais (compra de mercadorias, estocagem, vendas) a empresa necessita administrar seu giro (Silva, 2001). Assim, a principal fonte de cobertura da NCG é o capital de giro líquido. É calculado da seguinte forma:

$$\text{Capital de Giro (CDG)} = \text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$$

Ou ainda:

$$\text{CDG} = (\text{PL} + \text{REF} + \text{PELP}) - (\text{AP} + \text{ARLP})$$

Onde,

PL – Patrimônio Líquido

REF – Resultado do Exercício Futuro

PELP – Passível Exigível a Longo Prazo

AP – Ativo Permanente

ARLP – Ativo Realizável a Longo Prazo

2.10.8.3 Saldo de Tesouraria

O saldo de tesouraria é expresso pela diferença entre contas do Ativo Circulante e do Passivo Circulante que não guardam relação com a atividade operacional da empresa, ou seja, as rubricas financeiras (Silva, 2003).

Saldo de tesouraria positivo significa que a empresa tem disponibilidade de recursos que poderão ficar aplicados no mercado financeiro e utilizados a qualquer momento no aproveitamento de oportunidades negociais, como por exemplo, de expansão de instalações ou aquisição de matérias-primas.

Se negativo, demonstra dependência de fontes onerosas de recursos de curto prazo. Porém, é importante observar que o fato isolado de apresentar saldo de tesouraria negativo não é preocupante, o que é grave é a tendência de crescimento e expressivo em relação as vendas. Quando isso ocorre pode evidenciar que a empresa encontra-se em efeito tesoura e caminha para a insolvência.

O efeito tesoura é um indicador que evidencia o descontrole no crescimento das fontes onerosas de recursos de curto prazo. Ocorre quando o saldo de tesouraria apresenta-se cada vez mais negativo a cada exercício, variando em níveis superiores ao crescimento da NCG.

Calcula-se das seguintes formas:

Saldo de Tesouraria (ST) = ACF – PCF ou ST = CDG – NCG

Onde,

ACF – Ativo Circulante Financeiro

PCF – Passivo Circulante financeiro

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia usada neste trabalho está orientada num modelo proposto pelo autor Alexandre Assaf Neto que se baseia essencialmente no método de comparação entre índices.

Conforme Assaf Neto (2007, p. 63) descreve:

A comparação que apresenta na análise de balanços apresenta-se de duas formas:

- a. temporal – envolvendo resultados de períodos anteriores.
- b. interempresarial – relacionando o desempenho de uma empresa com o setor de atividade e o mercado em geral.

É através de comparações que os analistas obtêm parâmetros de referencia que lhes permitem produzir informações a respeito das empresas analisadas.

O processo de pesquisa é desenvolvido a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Este trabalho trata-se de um estudo exploratório baseado em pesquisa bibliográfica, que busca caracterizar o conceito de análise de crédito com ênfase na análise econômico-financeira, dada sua relevância na concessão de crédito.

A comparação entre índices proporcionará, através das ferramentas adequadas, atingirem-se os objetivos propostos, para tanto serão realizadas análise em etapas previamente planejadas. Essas etapas serão divididas da seguinte forma:

1-) Preparação das peças contábeis (Balanço e DRE) - para ajustá-las a metodologia de análise adotada. As demonstrações contábeis devem ser reestruturadas para efeito da análise, visando possibilitar uma visão mais clara da empresa sob o enfoque dinâmico.

A partir das demonstrações contábeis já ajustadas para análise serão calculados os índices econômico-financeiros, visando a melhor compreensão das ferramentas inerentes a avaliação da situação financeira de cada uma das empresas.

2-) Análise retrospectiva – nessa análise será avaliado o desempenho da empresa até o momento do fechamento do balanço e concluir sobre sua situação econômico-financeira.

3-) Análise de tendência – nessa análise será feita uma avaliação com ênfase no capital de giro da empresa, isto é, será analisada a situação econômico-financeira da empresa a partir da ótica do equilíbrio entre as fontes e aplicação dos recursos.

Para as interpretações serão utilizadas peças contábeis, balanço patrimonial e demonstrações do resultado do exercício, referente aos anos de 2007, 2008 e 2009, de duas empresas reais, que por questões relacionadas ao sigilo bancário e a segurança da informação os seus nomes foram omitidos. Os valores apresentados serão em R\$ mil.

A amostra efetuada no estudo exploratório leva em consideração dados contábeis de duas empresas distintas, onde através de uma análise retrospectiva e análise de tendência, pode-se opinar sobre sua situação econômico-financeira.

A análise retrospectiva terá com finalidade avaliar o desempenho da empresa até o momento do fechamento dos dados contábeis apresentados. Para tanto se utiliza um conjunto de indicadores que classificará a situação da empresa de acordo com cada índice calculado.

Índices considerados na análise retrospectiva:

1) Índice de liquidez geral

Indica a situação da empresa se favorável ou desfavorável, se o resultado for:

Abaixo de 1,00	desfavorável
Acima de 1,00	favorável

2) Índice de liquidez corrente

Será dada a seguinte interpretação:

Abaixo de 0,89	deficitária
Acima de 0,90	apertada
Acima de 1,20	com pequena folga
Acima de 1,51	folgada

3) Índice de liquidez seca

A seguinte interpretação será dada ao resultado:

Abaixo de 0,80	Liquidez com dependência dos estoques
----------------	---------------------------------------

Acima de 0,81	Liquidez com relativa dependência dos estoques
Acima de 1,00	Liquidez independente da venda dos estoques

4) Imobilização do patrimônio líquido

Em termos gerais, a seguinte interpretação pode ser dada ao resultado:

Abaixo de 0,50	Reduzido grau de comprometimento dos recursos próprios.
De 0,50 a 0,85	Compatível o grau de comprometimento dos recursos próprios.
Acima de 0,85	Incompatível grau de comprometimento dos recursos próprios.

5) Participações de capitais de terceiros

De uma forma genérica, a seguinte interpretação pode ser dada ao resultado deste índice:

Abaixo de 0,90	Fraca participação de capitais de terceiros
Acima de 0,91	Equilibrada a participação de capitais de terceiros
Acima de 1,11	Forte participação de capitais de terceiros
Acima de 1,81	Fortíssima participação de capitais de terceiros

6) Retorno sobre o Patrimônio Líquido

Seu resultado pode ser assim avaliado:

Abaixo de zero	Prejuízos
Até 4%	Fraco retorno sobre o capital próprio
Até 7%	Adequado retorno sobre capital próprio
Acima de 7%	Alto retorno sobre o capital próprio

Já na análise de tendência o objetivo é analisar a situação econômica financeira da empresa a partir da ótica do equilíbrio entre as fontes e as aplicações de recursos, identificando que riscos envolvem a avaliação do “C” capital são tanto maiores quanto for o desequilíbrio entre os investimentos e as formas de financiamento deles. Nesta análise busca-se avaliar correlação entre CDG e NCG.

Nesse tipo de análise serão apurados as seguintes variáveis empresariais:

1) Necessidade de Capital de Giro

Ativo Circulante Operacional – Passivo Circulante Operacional

Se positivo, indica o montante de recursos aplicados no giro dos negócios; se negativa, indica que o giro dos negócios está fornecendo recursos à empresa.

2) Capital de Giro

Ativo Circulante – Passivo Circulante

Se positiva, indica folga financeira no caso de liquidação; se negativa, indica que a empresa tem mais fontes do que aplicações de curto prazo.

3) Tesouraria

Ativo Circulante Financeiro – Passivo Circulante Financeiro

Se positiva, indica que a empresa possui folga financeira de curto prazo; se negativa, indica que a empresa está utilizando recursos financeiros de terceiros, de curto prazo, para financiar suas atividades.

A análise com base na análise retrospectiva e de tendência busca através de vários índices, analisar se uma empresa se classifica no grupo das solventes ou das insolventes. Nessa função, o índice encontrado é comparado a um número fixo, chamado ponto crítico, predeterminado pelo modelo exposto. Se o índice ficar acima do ponto crítico, a empresa será classificada como solvente; se ficar abaixo, será classificada como insolvente.

Dessa forma, ficará mais claro entender quais indicadores são relevantes para tomada de decisão quanto a concessão ou a negativa do crédito.

4 RESULTADOS

Busca-se, a partir do pressuposto que as empresas em questão são demandantes de crédito em uma instituição financeira, através da análise de dados apresentados definir se poderão ou não obter crédito.

Empresa 1: Laticínios YX Ltda.

Tabela 1 - Balanço Patrimonial da Empresa Laticínios YX Ltda. - ATIVO

ATIVO (R\$ mil)	2007	AV (%)	2008	AV (%)	2009	AV (%)
CIRCULANTE FINANCEIRO	45.633	1,53	223.094	3,83	11.700	0,17
Disponibilidades	45.633	1,53	223.094	3,83	11.700	0,17
CIRCULANTE CICLICO	691.383	23,15	1.503.800	25,82	2.566.358	37,57
Clientes	644.381	21,57	1.119.980	19,23	1.737.658	25,44
Estoques	24.913	0,83	350.826	6,02	745.700	10,92
Impostos a Recuperar	22.089	0,74	32.994	0,57	83.000	1,21
PERMANENTE	2.249.853	75,32	4.096.611	70,35	4.253.430	62,26
Imobilizado	2.249.853	75,32	4.096.911	70,35	4.253.430	62,26
TOTAL DO ATIVO	2.986.869	100	5.823.504	100	6.831.488	100

Tabela 2 - Balanço Patrimonial da Empresa Laticínios YX Ltda. - PASSIVO

PASSIVO (R\$ - mil)	2007	AV (%)	2008	AV (%)	2009	AV (%)
CIRCULANTE FINANCEIRO	385.170	12,90	1.317.674	22,62	2.703.425	39,57
Duplicatas Descontadas	0	0,00	0	0,00	1.100.400	16,11
Empréstimos Bancários	365.930	12,25	1.246.700	1,22	890.150	13,03
Dividendos/Provisão/Outros	19.240	0,64	70.974	1,22	712.875	10,44
CIRCULANTE CÍCLICO	686.843	23,00	1.361.626	23,38	1.339.100	19,60
Fornecedores	318.447	10,66	749.113	12,86	846.900	12,40
Salários/Encargos/Tributos	357.913	11,98	612.512	10,52	476.200	6,97
Outras Obrigações a pagar	10.483	0,35	0	0,00	16.000	0,23
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	0	0,00	1.415.113	24,30	1.922.900	28,15
Empréstimos/Financiamentos	0	0,00	1.369.729	23,52	909.400	13,31
Impostos	0	0,00	45.384	0,78	1.013.500	14,84
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.914.856	64,11	1.729.091	29,69	866.063	12,68

Capital Social	140.000	4,69	140.000	2,40	140.000	2,05
Reservas	32.667	0,56	13.103	0,23	0,00	0,00
Lucros/Prejuízos	2.515.007	84,20	2.539.089	43,60	1.736.805	25,42
Deduções do Ativo	-772.818	-25,87	-963.102	-16,54	-1.010.742	-14,80
TOTAL DO PASSIVO	2.986.869	100	5.823.504	100	6.831.488	100

Tabela 3 - Demonstração do Resultado do Exercício da empresa Laticínio YX Ltda.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO (R\$ - mil)	2007	AV (%)	2008	AV (%)	2009	AV (%)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	8.803.338	100	11.366.714	100	17.197.520	100
Impostos/Deduções	- 1.147.947	-13,04	-1.555.334	-13,68	-2.246.500	-13,06
RECEITA LÍQUIDA	7.655.391	86,96	9.811.380	86,32	14.951.020	86,94
Custos Mercadorias Vendidas	- 4.091.189	-46,47	-6.373.479	-56,07	-9.289.635	-54,02
LUCRO BRUTO	3.564.202	40,49	3.437.901	30,25	5.661.385	32,92
Despesas Comerciais	0	0,00	0	0,00	-205.673	-1,20
Despesas Administrativas	- 2.680.610	-30,45	-2.245.773	-19,76	-3.049.393	-17,73
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-364.144	-4,14	-493.028	-4,34	-970.406	-5,64
RESULTADO OPERACIONAL	519.448	5,90	699.100	6,15	1.435.913	8,35
Receitas Financeiras	1.022	0,01	48.244	0,42	0	0,00
Despesas Financeiras	-76.323	-0,87	-188.510	-1,66	-867.113	-5,04
Receitas/Despesas não Operacionais	0	0,00	195.529	1,72	0	0,00
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	444.147	5,05	754.363	6,64	568.800	3,31
Provisões p/ IR e CSL	-226.687	-2,58	-331.360	-2,92	-420.500	-2,45
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO	217.460	2,47	423.003	3,72	148.300	0,86

Observa-se que, ao lado do valor relativo de cada conta ou grupamento, são mostradas a sua participação percentual em relação aos totais – do Ativo, do passivo ou da Receita Operacional. A partir desses índices será feita uma primeira análise.

Focando as contas do Ativo, poderemos observar que as contas do permanente representam 62,26% do total. Tal dado mostra que a empresa investe seus capitais principalmente no imobilizado. Pode-se ver, também, que a conta clientes participa com 25,44% do total do Ativo, sendo a mais significativa do grupo circulante, indicando a política de vendas adotada, ou seja, a prazo. Isso importa dizer que a empresa financia

seus clientes, portanto, precisa-se avaliar e descobrir o comportamento do seu ciclo financeiro.

Avaliando o Passivo, pode-se observar que no Patrimônio Líquido, os capitais próprios correspondem a apenas 12,68% do total das fontes, demonstrando que, para tocar suas atividades, a empresa depende de recursos de terceiros. Esses recursos de terceiros (87,32%) são representados principalmente por empréstimos bancários (29,14% de curto prazo e 13,31% de longo prazo) e pelo parcelamento de impostos (10,44% de curto prazo e 28,15% de longo prazo), percentuais esses que indicam a participação do grupamento no passivo total. Isso significa que quase 40% das obrigações da empresa que vencerão em menos de um ano são provenientes de fontes onerosas.

Essa participação de recursos onerosos fica evidenciada quando é focado o seu DRE. As despesas financeiras consomem 4,96% do montante das vendas, com um lucro líquido de menos de 1%. Outro fato relevante, também, refere-se as despesas administrativas que chegam a 17,73% e as operacionais em 5,64% da receita bruta.

Isso demonstra que a rentabilidade da empresa está comprometida com as despesas normais de sua atividade operacional e com o pagamento de juros sobre os capitais onerosos que financiam suas atividades.

Verifica-se que o Patrimônio Líquido vem perdendo espaço como fonte de financiamento. De 64,11% no primeiro ano, passou para 29,69% no segundo ano e 12,68% no terceiro, em relação ao Ativo. Isso importa dizer que cada vez mais a empresa recorre a capitais de terceiros, com reflexos direto no seu endividamento.

Para uma avaliação mais profunda da situação econômica da empresa Laticínio YX Ltda., será necessário apurar os índices de estrutura e rentabilidade.

Tabela 4 - Estrutura e Rentabilidade -Empresa Laticínio YX Ltda.

Indicador	2007	2008	2009	Média
RFR ou PCT	55,98	236,8	688,8	327,19
Endividamento Geral	35,89	70,31	87,32	64,51
Composição das Exigibilidades	100	65,44	67,77	77,74
Imobilização do Patrimônio Líquido	117,49	236,92	491,12	281,84
Passivo Oneroso Sobre o Ativo	12,9	46,93	67,72	42,52
Rentabilidade sobre Investimento	14,87	9,60	8,33	10,93
Rotação do Ativo ou Giro do Ativo	2,56	2,23	2,36	2,38
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	11,36	23,22	11,47	15,35
Grau de Alavancagem Financeira	0,94	1,97	0,94	1,28

Tabela 5 - Prazos Médios, Rentabilidade e Liquidez - Empresa Laticínio YX Ltda.

Indicador	2007	2008,00	2009	Média
Liquidez Corrente	0,69	0,64	0,64	0,66

Liquidez Seca	0,66	0,52	0,45	0,54
Liquidez Geral	0,69	0,42	0,43	0,51
Prazo Médio das Compras	28	28	30	28,67
Prazo Médio de Estoques	2	10	21	11,00
Prazo Médio dos Recebimentos	26	28	30	28,00
Ciclo Operacional	28	38	51	39,00
Ciclo financeiro	0	10	21	10,33

Tabela 6 - Giro - Empresa Laticínio YX Ltda.

Indicador	2007	2008	2009	Média
Margem Operacional de Lucro	5,80	5,69	3,80	5,10
Capital de Giro	-334.997	-952.406	-1.464.467	-917290,00
Necessidade de Capital de Giro	4.540	142.174	1.227.258	457990,67
Saldo de Tesouraria	-339.537	-1.094.580	-2.691.725	-1375280,67

Observa-se que a estrutura patrimonial revela predominância da capitais de terceiros e elevado índice de endividamento, confirmando que a empresa encontra-se excessivamente endividada. Tal fato mostra-se crescente ao longo dos últimos 3 anos e está mais concentrado no curto prazo. Além de expressivo, a maior parte do endividamento geral é representado por dívidas onerosas.

A empresa não gera recursos suficientes para aplicar no giro, devido as altas despesas financeiras que consomem cerca de 4,96% das vendas totais, cujo reflexo está na crescente dependência de recursos de terceiros.

Destaca-se, também, através do índice de imobilização, que todo o capital próprio está ali comprometido, bem como, utiliza-se de recursos de terceiros para investimentos em ativos fixos. Essa relação vem crescendo nos períodos analisados, demonstrando preocupação, pois parte significativa do seu imobilizado está sendo financiado por recursos de terceiros.

A rentabilidade sobre os investimentos totais vem diminuindo a cada ano. O grau de alavancagem indicam que houve perda no montante dos capitais investidos na empresa em função das despesas financeiras incorridas, revelando que investir na empresa, com a política de prazos atualmente adotada, não é um bom negócio para investidores.

Em vista disso, pode-se afirmar que a empresa analisada apresenta situação econômica ruim.

Analisada a situação econômica, verifica-se agora a sua situação financeira que será um tanto mais complexa. Utiliza-se os índices e indicadores de giro agrupados a parte, por representarem valores monetários.

A receita operacional líquida, embora não abordada no estudo dos indicadores financeiros, é utilizada na análise, por guardar forte correlação com CDG e NCG.

A ROL revela que o nível de atividade da empresa mostra-se crescente, quase dobrando no triênio analisado. Contudo, para bancar o incremento das vendas, houve crescente necessidade operacionais de giro, em consequência do aumento do montante das contas clientes e estoques, sem o correspondente incremento, principalmente, da conta fornecedores. Sabe-se que, ao incrementar as vendas, torna-se necessário alavancar recursos para financiar o giro.

Como não possui disponibilidade de capital de giro, dado o elevado montante investido em ativos fixos, a empresa precisa de recursos de terceiros para suportar as aplicações operacionais em giro. Já que não são supridas por fontes espontâneas, recorrendo-se sistematicamente a fontes onerosas, principalmente de operações de desconto de duplicatas.

O saldo de tesouraria mostra-se negativo, crescente e em volume significativo com relação as vendas. Isso decorre da elevação de investimento em giro, principalmente no que se refere a estoques e da redução da fontes próprias, observada pela involução do Patrimônio Líquido. Provando que o incremento das vendas, por si só, não é fator suficiente para melhorar a performance de uma empresa em dificuldade. Pelo contrário, poderá até antecipar seu fim.

Reforçando essa abordagem, pode-se verificar que os prazos médios praticados indicam que a analisada apresenta ciclo financeiro crescente. Nota-se que para aumentar as vendas houve a necessidade de manter um estoque maior e atrair clientes oferecendo-lhes um diferencial (preço ou prazo).

Como as despesas são altas, o diferencial preço comprometeria ainda mais sua frágil situação, por reduzir a margem de lucro. O diferencial prazo implica na ampliação do recebimento das suas vendas, nesse caso, necessita de mais recursos para financiar seus clientes. Como não possui recursos próprios nem fontes espontâneas de recursos, recorre-se a capitais onerosos, pagando juros a terceiros.

Sob o aspecto de solvência, os índices de liquidez revelam que a empresa não possui capacidade para saldar todos seus compromissos, nem de curto e nem de longo prazos, representando altíssimo risco a seus credores.

Tabela 7 - Análise Retrospectiva

Empresa: Laticínios YX Ltda.

Indicadores Econômico-Financeiros

Liquidez	2007	2008	2009	Média
Liquidez Geral	0,69	0,42	0,43	0,51
Liquidez Corrente	0,69	0,64	0,64	0,66
Liquidez Seca	0,66	0,52	0,45	0,54

Estrutura e Rentabilidade	2007	2008	2009	Média
Imobilização do Patrimônio Líquido	117,49	236,92	491,12	281,84
RFR ou PCT	55,98	236,8	688,8	327,19
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	11,36	23,22	11,47	15,35

Após essa abordagem, através dos indicadores da análise retrospectiva, pode-se opinar sobre a situação econômica dessa empresa.

A situação econômica financeira da empresa Laticínio YX Ltda é desfavorável com liquidez deficitária e com forte dependência da venda dos estoques. Apresenta fortíssima participação de capitais de terceiros e incompatível o grau de comprometimento dos recursos próprios. Porém, apresenta um alto o retorno sobre o capital dos proprietários.

Tabela 8 - Análise de Tendência

Empresa Laticínios YX Ltda.

Indicadores Econômico-Financeiros

Capital de Giro	-334.997	-952.406	-1.464.467	-917290
Necessidade de Capital de Giro	4.540	142.174	1.227.258	457990,67
Saldo de Tesouraria	-339.537	-1.094.580	-2.691.725	-1375280,67

Com base nos números fornecidos pela empresa Laticínios YX Ltda, analisada sobre a ótica da análise de tendência podemos opinar que esta empresa possui graves problemas de caixa, apresenta profundo desequilíbrio financeiro, necessitando de fortes ajustes nas políticas financeiras de curto prazo e do capital de giro, possui considerável aumento na necessidade de capital de giro e saldo de tesouraria, sendo elevado o risco do negócio.

Empresa 2: Chocolate Caseiro KX Ltda

Tabela 9 - Balanço Patrimonial da Empresa Chocolate Caseiro KX Ltda. - ATIVO

ATIVO (R\$ mil)	2007	AV(%)	2008	AV(%)	2009	AV(%)
ATIVO CIRCULANTE FINANCEIRO	10.488	28,79	12.127	25,81	16.010	27,96
Disponibilidades	10.488	28,79	12.127	25,81	16.010	1,76
ATIVO CIRCULANTE CICLICO	12.716	34,90	19.322	41,12	24.690	43,12
Clientes	5.291	14,52	7.959	16,94	11.208	19,57
Estoques	7.188	19,73	11.195	23,82	13.100	22,88
Impostos a recuperar	237	0,65	168	0,36	382	0,67

REALIZAVEL A LONGO PRAZO	57	0,00	0	0,00	346	0,60
Impostos a Recuperar	57	0,00	0	0,00	346	0,60
PERMANENTE	13.174	36,16	15.542	33,07	16.211	28,31
Investimentos	499	1,37	428	0,91	411	0,72
Imobilizado	12.675	34,79	15.114	32,16	15.800	27,59
TOTAL DO ATIVO	36.435	100	46.991	100	57.257	100

Tabela 10 - Balanço Patrimonial da Empresa Chocolate Caseiro KX Ltda. - PASSIVO

PASSIVO (R\$ - mil)	2007	AV(%)	2008	AV(%)	2009	AV(%)
PASSIVO CIRCULANTE FINANCEIRO	7.616	20,90	8.512	18,11	11.085	19,27
Empréstimos bancários	4.307	11,82	5.796	12,33	7.177	12,48
Dividendo/Provisão p/IR	3.309	9,08	2.716	5,78	3.908	6,79
PASSIVO CIRCULANTE CÍCLICO	9.409	25,82	14.157	30,13	16.264	28,27
Fornecedores	6.291	17,27	9.653	20,54	10.632	18,48
Salários/Encargos/Tributos	3.118	8,56	4.504	9,58	5.632	9,79
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	207	0,57	757	1,61	906	1,57
Empréstimos/Financiamentos	207	0,57	757	1,61	906	1,57
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.203	40,87	23.565	50,15	29.272	50,88
Capital Social	2.200	4,68	2.500	5,32	2.500	4,35
Reservas	11.470	24,41	12.676	26,98	16.478	28,64
Lucros/Prejuízos acumulados	6.889	14,66	9.841	20,94	12.082	21,00
Deduções do Ativo	-1.356	-3,72	-1.452	-3,09	-1.788	-3,11
TOTAL DO PASSIVO	36.435	100	46.991	100	57.527	100

Tabela 11 - Demonstração do Resultado do Exercício da Empresa Chocolate Caseiro KX Ltda.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO (R\$ - mil)	2007	AV(%)	2008	AV(%)	2009	AV(%)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	39.192	100	42.313	100	66.098	100
Deduções	-5.110	-13,04	-5.692	-13,45	-8.689	-13,15
RECEITA LÍQUIDA	34.082	86,96	36.621	86,55	57.409	86,85
Custos Mercadorias Vendidas	-12.786	-32,62	-13.179	-31,15	-24.780	-37,49
LUCRO BRUTO	21.296	54,34	23.442	55,40	32.629	49,36
Despesas Administrativas	-7.269	-18,55	-8.570	-20,25	-12.940	-19,58
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-852	-2,17	-1.217	-2,88	-2.061	-3,12

RESULTADO OPERACIONAL	13.175	33,62	13.655	32,27	17.628	26,67
Receitas Financeiras	560	1,43	612	1,45	895	1,35
Despesas Financeiras	-1.950	-4,98	-2.071	-4,89	-2.579	-3,90
Taxa de Leilão	0	0	-169	-0,40	-16	-0,02
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	11.785	30,07	12.027	28,42	15.928	24,10
Provisões para o IR e CSL	-5.072	-12,94	-5.709	-13,49	-7.471	-11,30
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO	6.713	17,13	6.318	14,93	8.457	12,79

Observa-se as contas do Ativo que o circulante cíclico representam 43,12% do total. Esse dado mostra que a empresa concentra seus recursos na produção, investe seus recursos principalmente nos estoques. Pode-se observar, também, que seu imobilizado está compatível em relação aos recursos próprios, representando 27,59% do total do Ativo.

No Passivo, observa-se que no Patrimônio Líquido, os capitais próprios representam 50,88% do total das fontes, demonstrando que, para tocar suas atividades, a empresa possui um equilíbrio com os recursos de terceiros. Esses recursos de terceiros (49,11%) são representados por empréstimos bancários (12,48% de curto prazo e 1,57% de longo prazo) e pelo parcelamento de impostos (6,79% de curto prazo e 9,79% de longo prazo), percentuais esses que indicam um equilíbrio da participação no grupamento no passivo total.

As fontes onerosas que vencem em menos de um ano representam menos 20% das obrigações da empresa. Na participação de recursos onerosos as despesas financeiras consomem 3,90% do montante das vendas, é um ponto que merece maior atenção. Outro fato que merece uma avaliação especial são as despesas administrativas que chegam a 19,58% enquanto que as operacionais consomem apenas 3,12% da receita bruta. Mesmo diante desses fatos pode-se observar que a rentabilidade da empresa é bastante significativa.

Verifica-se também, que o Patrimônio Líquido vem tendo um gradativo crescimento durante os períodos analisados. De 40,87% no primeiro ano, passou para 50,15% no segundo, passando para 50,88% no terceiro. Isso importa dizer que cada vez mais a empresa vai se solidificando, com reflexos direto no seu desempenho.

Avaliando mais profundamente a situação econômica da empresa Chocolate Caseiro KX Ltda, serão observados também os indicadores de estrutura e rentabilidade.

Tabela 12 - Estrutura e Rentabilidade -Empresa Chocolate Caseiro KX Ltda.

Indicador	2007	2008	2009	Média
RFR ou PCT	89,73	99,41	93,36	94,17
Endividamento Geral	47,29	49,85	49,34	48,83
Composição das Exigibilidades	101,21	103,33	103,31	102,62
Imobilização do Patrimônio Líquido	68,60	65,95	55,34	63,30
Passivo Oneroso Sobre o Ativo	21,41	19,72	20,94	20,69
Rentabilidade sobre Investimento	36,16	29,05	30,78	32,00
Rotação do Ativo ou Giro do Ativo	86,96	77,93	99,79	88,23
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	34,95	26,81	28,89	30,22
Grau de Alavancagem Financeira	1,47	1,50	1,50	1,49

Tabela 13 - Prazos Médios, Rentabilidade e Liquidez - Empresa Chocolate Caseiro KX Ltda.

Indicador	2007	2008	2009	Média
Liquidez Corrente	1,36	1,39	1,49	1,41
Liquidez Seca	0,94	0,89	1,00	0,94
Liquidez Geral	1,35	1,34	1,45	1,38
Prazo Médio das Compras		202,38	143,43	115,27
Prazo Médio de Estoques	202,38	305,8	190,31	232,83
Prazo Médio dos Recebimentos	48,6	67,71	61,04	59,12
Ciclo Operacional	250,98	373,51	251,35	291,95
Ciclo financeiro		171,31	107,92	93,08

Tabela 14 - Giro - Empresa Chocolate Caseiro KX Ltda.

Indicador	2007	2008	2009	Média
Margem Operacional de Lucro	38,65	37,29	30,70	35,55
Capital de Giro	6.179	8.780	13.351	9436,67
Necessidade de Capital de Giro	3.307	5.165	8.426	5632,67
Saldo de Tesouraria	2.872	3.615	4.925	3804,00

Os indicadores da empresa Chocolate Caseiro KX Ltda apontam uma adequada participação de capitais de terceiros, apresenta uma proporção equilibrada em relação aos capitais próprios, com endividamento geral (parcela do ativo financiada por terceiros) em 49,34% no ano de 2009.

Observa-se uma redução do endividamento, tanto geral quanto oneroso, influenciando positivamente os índices de estrutura e rentabilidade.

Quanto ao índice de imobilização do patrimônio, podemos dizer que o grau de imobilização esta adequada a sua atividade, visto que dos capitais próprios somente 55,34% estão ali comprometidos.

Em relação a liquidez corrente, podemos dizer que a empresa apresenta capacidade para saldar sua dívidas de curto prazo com uma boa folga, seu desempenho vem apresentando uma boa evolução nos períodos analisados. Já na liquidez seca, observa-se que a empresa não depende da venda de seus estoques para saldar sua dívidas, apresentado uma excelente liquidez.

Os índices de rentabilidade tiveram uma pequena evolução em relação a 2008, mas não chegou a apresentar o mesmo desempenho de 2007.

Convém ressaltar que em 2009 a empresa teve um acréscimo nas vendas de 56,21% em relação a 2008. No entanto, as margens de lucro, tanto operacional com final, apresentaram-se menores no período.

Com relação aos prazos médios praticados pela empresa, observa-se que tanto o ciclo operacional quanto o ciclo financeiro tiveram uma melhora no desempenho em relação a 2008. Houve um substancial melhora nos prazos médio de compras, onde passou de 202,38 dias para 143,43 dias. Esse desempenho também refletiu-se no desempenho dos estoques que passou de um média de 305,80 dias para 190,31 dias, bem como, nos prazos médios de recebimento que passou de 67,71 dias para 61,04 dias.

Nos indicadores de giro a empresa apresenta uma situação favorável, houve crescente incremento de capital de giro através de fontes espontâneas, mesmo, com aumento da necessidade de capital de giro a empresa apresentou uma boa evolução do saldo de tesouraria, com acréscimo de 36,23% em relação a 2008.

Tabela 15 - Análise Retrospectiva
Empresa: Chocolate Caseiro KX Ltda.
Indicadores Econômico-Financeiros

Liquidez	2007	2008	2009	Média
Liquidez Corrente	1,36	1,39	1,49	1,41
Liquidez Seca	0,94	0,89	1,00	0,94
Liquidez Geral	1,35	1,34	1,45	1,38

Estrutura e Rentabilidade	2007	2008	2009	Média
Imobilização do Patrimônio Líquido	68,60	65,95	55,34	63,30
RFR ou PCT	89,73	99,41	93,36	94,17
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	34,95	26,81	28,89	30,22

Em face da análise retrospectiva pode-se opinar sobre a real situação da empresa abordada.

A situação econômica financeira Chocolate Caseiro KX Ltda é satisfatória com liquidez superavitária e independe da venda dos seus estoques para honrar suas dívidas de curto prazo. Apresenta fraca participação de capitais de terceiros no seu endividamento e possui adequado grau de comprometimento dos recursos próprios em seu imobilizado. Observa-se alto retorno sobre o capital dos proprietários.

Tabela 16 - Análise de Tendência
Empresa: Chocolate Caseiro KX Ltda.
Indicadores Econômico-Financeiros

Capital de Giro	6.179	8.780	13.351	9436,67
Necessidade de Capital de Giro	3.307	5.165	8.426	5632,67

Saldo de Tesouraria	2.872	3.615	4.925	3804,00
---------------------	-------	-------	-------	---------

Baseando-se nos números apresentados pela empresa Chocolate Caseiro KX Ltda, em relação a análise de tendência, pode-se concluir que é a uma empresa bem administrada, apresenta equilíbrio financeiro, as variáveis empresariais se apresentam com boa performance, sendo o risco do negócio considerado baixo.

Tabela 17 - Quadro Comparativo

INDICADORES ECONÔMICOS-FINANCEIROS						
Laticínios X Chocolate Caseiro						
ÍNDICES	LATICÍNIOS YX			CHOCOLATE KX		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
ESTRUTURA DE CAPITAL						
RFR ou PCT = CT/PL	55,98	236,8	688,8	89,73	99,41	93,36
Imobilização do Patrimônio Líquido	117,49	236,92	491,12	68,6	65,95	55,34
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	11,36	23,22	11,47	34,95	26,81	28,89

LIQUIDEZ	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Liquidez Geral	0,69	0,42	0,43	1,36	1,39	1,49
Liquidez Corrente	0,69	0,64	0,64	0,94	0,89	1
Liquidez Seca	0,66	0,52	0,45	1,35	1,34	1,45

RENTABILIDADE	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Capital de Giro	-	-	-	6.179	8.780	13.351
Necessidade de Capital de Giro	334.997	-952.406	1.464.467	3.307	5.165	8.426
Saldo de Tesouraria	4.540	142.174	1.227.258	-	-	-
	339.537	1.094.580	2.691.725	2.872	3.615	4.925

Comparando-se as duas empresas analisadas pode-se observar que a empresa Laticínios YX encontra-se numa situação econômica difícil, beirando a insolvência. Enquanto que a empresa Chocolate KX apresenta números consistentes, bem solvente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliando o que foi descrito no presente estudo e observados os resultados apresentados observam-se que, através da análise econômico-financeira, é possível retirar indicadores financeiros que darão aos gestores maior segurança na tomada de decisão quanto a concessão de crédito.

É extremamente complicado criar um processo de análise que se aplique a todas as empresas, já que estas possuem características próprias oriundas dos negócios, bem como ao mercado em que estão inseridas.

Para micros e pequenas, por exemplo, basear-se em uma metodologia de análise que leve em consideração apenas demonstrativos contábeis pode se mostrar inadequado, já que a maior parte das empresas deste nicho não mantém controles gerenciais que permitam o levantamento de tais documentos de forma que reflitam sua situação econômica financeira.

No entanto, quando se trata de empresas de médio e grande porte, as quais terão melhores condições e até a necessidade ou, ainda, obrigatoriedade de divulgar relatórios contábeis que reflitam seus negócios, será mais adequada a realização de uma análise pormenorizada a partir dos demonstrativos concebidos para apresentar o desempenho econômico-financeiro.

A análise a partir das demonstrações pode ser considerada como ferramenta necessária a avaliação de uma empresa, porém, para se tornar mais eficaz deve ser julgada com outros fatores preponderantes para a concessão de crédito, tais como a avaliação dos chamados Cs do crédito, que trazem aspectos a serem considerados relacionados ao caráter do tomador, capacidade de honrar seu compromissos, disponibilidade de capital e de eventuais garantias, além de condições desejáveis.

Através da análise retrospectiva e de tendência são atribuídos índices de desempenho que interrelacionados darão uma visão objetiva sobre a situação econômica de uma empresa.

Dessa forma, pode-se concluir que utilizando essa fórmula na análise econômica-financeira, facilita o entendimento dos indicadores, facilitando ao gestor financeiro na tomada de decisão no processo de crédito de uma instituição financeira.

Sobre o objetivo deste estudo, seguindo os passos sugeridos e utilizando os referenciais de análise estudados será possível, com alto grau de segurança, opinar sobre a situação econômico-financeira de uma empresa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 8ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**. São Paulo: Atlas, 2002.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- BARBETA, P.A. **Estatística Aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: Editora da UFCS, 1994.
- BARROS, Nelson Lobo de. **Moeda, crédito, bancos e ciclos**. São Paulo: Piratininga, 1955.
- BORGES, José Eunápio. **Títulos de Crédito**. Rio de Janeiro. Ed. Forense, 4 ed. 1997.
- CAMPOS, Vicente Falconi. **Gerenciamento pelas diretrizes**. Belo Horizonte: FCO, 1996.
- CASSIANO, A. S. do Nascimento. **Tributos da micro e pequena empresa**. Porto Alegre. 1998.
- DUTRA, Artumira. **A melhor forma de financiamento**. O Povo. O jornal do Povo.. 2003.
- FONTENLA, Vicente Paz. **História dos Bancos no Brasil**. 3ª Ed., Rio de Janeiro. 1977.
- FORTUNA, E. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços**. 15ª Ed., Qualitymark, Rio de Janeiro, 2002.
- KNIGHT, Frank H. **Risco, incerteza e lucro**. Rio de janeiro: Expressão e Cultura,1972.
- LIMA, Ary da Graça. **Moeda e crédito**. Brasília: BACEN, 1988.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 8ª ed., São Paulo: Atlas, 2007.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. **Contabilidade de instituições financeiras**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PAIVA, Carlos Alberto de Carvalho. **Administração do Risco de Crédito**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, Willian D. **Economia**. 14. ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1993.

SANTOS, Cláudia Barreto. **Gestão de risco de crédito em instituições financeiras**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo/USP, 2000

SANTOS, José Odálio dos. **Análise de Crédito - Empresas e Pessoas Físicas**. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. São Paulo: Atlas, 2001.

SAUNDERS, Anthony. **Administração de instituições financeiras**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente da obra Financial Institutions Management. São Paulo:Atlas, 2000.

SCHRICKEL, W. Kurt. **Análise de Crédito: concessão e gerência de empréstimos**. São Paulo: Atlas, 2000.